

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	28
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	58

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	59
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.572
Preferenciais	0
Total	48.572
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.368
Preferenciais	0
Total	1.368

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	26/04/2011	Dividendo	26/05/2011	Ordinária		0,17000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	309.004	312.851
1.01	Ativo Circulante	77.928	87.757
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.308	30.080
1.01.03	Contas a Receber	44.329	47.746
1.01.03.01	Clientes	44.329	47.746
1.01.04	Estoques	1.278	1.311
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.235	6.053
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.235	6.053
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.569	4.447
1.01.06.01.02	Demais tributos a compensar	1.666	1.606
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.778	2.567
1.01.08.03	Outros	2.778	2.567
1.02	Ativo Não Circulante	231.076	225.094
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	55.560	54.327
1.02.01.03	Contas a Receber	3.735	4.980
1.02.01.03.01	Clientes	3.735	4.980
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.061	9.509
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.061	9.509
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	42.764	39.838
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	42.432	39.505
1.02.01.09.04	Outros	332	333
1.02.03	Imobilizado	40.150	38.034
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.680	7.683
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	32.470	30.351
1.02.04	Intangível	135.366	132.733
1.02.04.01	Intangíveis	135.366	132.733
1.02.04.01.02	Sistemas informatizados	109.471	106.838
1.02.04.01.03	Ágio sem vida útil definida	25.895	25.895

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	309.004	312.851
2.01	Passivo Circulante	76.508	82.847
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.301	27.024
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.058	5.563
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.243	21.461
2.01.02	Fornecedores	12.347	14.273
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.347	14.273
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.430	8.509
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.489	7.563
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	263	0
2.01.03.01.02	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	3.356	3.277
2.01.03.01.03	Outros impostos federais	1.870	4.286
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	38	49
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	903	897
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	26.564	25.729
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.236	15.190
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.236	15.190
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	11.328	10.539
2.01.05	Outras Obrigações	1.866	7.312
2.01.05.02	Outros	1.866	7.312
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.379	6.950
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	487	362
2.02	Passivo Não Circulante	77.162	77.433
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	25.670	28.176
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.604	13.079
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	9.604	13.079
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	16.066	15.097
2.02.02	Outras Obrigações	15.007	13.774
2.02.02.02	Outros	15.007	13.774
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	1.155	1.258
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	13.852	12.516
2.02.04	Provisões	36.485	35.483
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	36.485	35.483
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	30.325	29.605
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.990	5.647
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	170	231
2.03	Patrimônio Líquido	155.334	152.571
2.03.01	Capital Social Realizado	129.232	129.232
2.03.02	Reservas de Capital	-7.915	-6.263
2.03.02.04	Opções Outorgadas	249	220
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.164	-6.483
2.03.04	Reservas de Lucros	29.602	29.602
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	29.602	29.602
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	4.415	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	93.452	97.339
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-71.286	-66.080
3.03	Resultado Bruto	22.166	31.259
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.040	-17.553
3.04.01	Despesas com Vendas	-158	-697
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.194	-13.945
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	200	72
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-888	-2.983
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-888	-1.478
3.04.05.02	Gastos com Reestruturação	0	-1.505
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.126	13.706
3.06	Resultado Financeiro	-1.762	-1.760
3.06.01	Receitas Financeiras	1.522	1.230
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.284	-2.990
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.364	11.946
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.949	-3.986
3.08.01	Corrente	-2.501	-3.465
3.08.02	Diferido	-448	-521
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.415	7.960
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.415	7.960

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	4.415	7.960
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.415	7.960

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.356	15.024
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.054	15.506
6.01.01.01	Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	4.415	7.960
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	5.275	6.414
6.01.01.03	Valor Residual dos Ativos Baixados	-412	744
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	2.667	1.305
6.01.01.05	Instrumento Patrimonial p/ Pagto em Ações	30	24
6.01.01.06	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-921	-941
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	66	546
6.01.02.01	Contas a Receber	5.583	-5.011
6.01.02.02	Estoques	33	103
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-2.092	-1.946
6.01.02.04	Outros Ativos	8.056	6.006
6.01.02.05	Fornecedores	-1.926	-130
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	2.277	-342
6.01.02.07	Provisão para Contingências	401	2.330
6.01.02.08	Outros Passivos	-12.266	-464
6.01.03	Outros	-1.764	-1.028
6.01.03.01	Juros Pagos	-2.234	-1.028
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	470	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-10.158	-7.500
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-4.340	-2.786
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-5.818	-4.714
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.970	-5.072
6.03.01	Ingresso de Empréstimo e Financiamentos	15.279	6.561
6.03.02	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-15.999	-10.934
6.03.03	Aquisição de Ações em Tesouraria	-1.679	-699
6.03.04	Dividendos Pagos	-5.571	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.772	2.452
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.080	10.988
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.308	13.440

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.232	-6.263	29.602	0	0	152.571
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.232	-6.263	29.602	0	0	152.571
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.652	0	0	0	-1.652
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	28	0	0	0	28
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.680	0	0	0	-1.680
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.415	0	4.415
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.415	0	4.415
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	129.232	-7.915	29.602	4.415	0	155.334

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.232	-2.946	5.413	0	0	131.699
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.232	-2.946	5.413	0	0	131.699
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-675	0	0	0	-675
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-699	0	0	0	-699
5.04.08	Outros	0	24	0	0	0	24
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.960	0	7.960
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.960	0	7.960
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	129.232	-3.621	5.413	7.960	0	138.984

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	96.532	104.086
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	97.272	104.957
7.01.02	Outras Receitas	181	70
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-921	-941
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.096	-25.090
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-14.768	-16.233
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.328	-8.857
7.03	Valor Adicionado Bruto	75.436	78.996
7.04	Retenções	-5.266	-5.537
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.266	-5.537
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	70.170	73.459
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.674	1.230
7.06.02	Receitas Financeiras	1.674	1.230
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	71.844	74.689
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	71.844	74.689
7.08.01	Pessoal	41.281	34.220
7.08.01.01	Remuneração Direta	30.559	25.082
7.08.01.02	Benefícios	8.089	7.068
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.633	2.070
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.391	21.931
7.08.02.01	Federais	14.490	19.173
7.08.02.02	Estaduais	239	125
7.08.02.03	Municipais	2.662	2.633
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.370	10.578
7.08.03.01	Juros	3.127	2.991
7.08.03.02	Aluguéis	6.243	6.081
7.08.03.03	Outras	0	1.506
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.802	7.960
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.802	7.960

Relações com Investidores

Mônica H. Carvalho Molina

Diretora de RI e Desenvolvimento Corporativo

Carlos Montenegro

Gerente de Relações com Investidores

Thatiana Zago

Analista de Relações com Investidores

Website e e-mail:

www.csu.com.br/ri

ri@csu.com.br

Telefone:

55 11 2106-3821

Teleconferência de Resultados 1T11

Quinta-feira, 12 de maio de 2011

Português

11h30 (horário de Brasília)

10h30 (horário de Nova Iorque)

Tel.: 55 11 3127-4971

Cód.: 55315609

Inglês

10h00 (horário de Brasília)

09h00 (horário de Nova Iorque)

Tel.: +1 970 315-0994

Cód.: 61072021



A CSU CardSystem S.A. (BM&FBOVESPA: CARD3) anuncia os resultados do primeiro trimestre de 2011 (1T11). As informações financeiras são apresentadas em milhões de reais (R\$), exceto quando indicado o contrário, e de acordo com as normas, revisões e interpretações emitidas pelo CPC e IFRS. As comparações referem-se ao mesmo trimestre de 2010 (1T10) e ao trimestre imediatamente anterior (4T10). Os números do 4T10 foram alterados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010, reapresentados nesta data.

CSU encerra 1T11 com expansão de 16,6% na receita da CSU Contact e ampliação de 16,8% na base de cartões da CSU CardSystem, quando comparadas com o 4T10.

DESTAQUES

- **Receita bruta totaliza R\$ 100,5 milhões e supera em 2,8% o faturamento do 4T10;**
- **Lucro líquido do trimestre soma R\$ 4,4 milhões, com margem líquida de 4,7%;**
- **Contratos com Tribanco e Banrisul são operacionalizados.** A CSU efetivou neste trimestre a migração dos cartões Tribanco e iniciou a operação de processamento para aquisição do Banrisul;
- **Recomposição na base de cartões da Companhia.** CSU atinge 24,1 milhões de cartões cadastrados na base, superior em 16,8% o volume do fechamento do ano;
- **Unidade de negócios CSU Contact consolida seu potencial de crescimento.** Ampliação de 16,6% na receita líquida gerada no trimestre, com aumento de 2,6 p.p. na margem bruta e de 3,0 p.p. na margem EBITDA, quando comparadas ao 4T10;
- **Crescimento de 19,9% no número de posições de atendimento.** Companhia alcança 3.918 PAs ao final do 1T11;
- **Distribuição recorde de dividendos.** Em assembléia geral, acionistas referendam a distribuição de dividendos equivalente a 50% do lucro líquido ajustado no período, um *dividend yield* de cerca de 6,5%.

RESUMO OPERACIONAL E FINANCEIRO

(em milhares ou %)	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Cartões Cadastrados	24.122	24.603	-2.0%	20.647	16.8%
Posições de Atendimento	3.918	3.268	19.9%	3.757	4.3%
Receita Bruta	R\$ 100.501	R\$ 104.957	-4.2%	R\$ 97.784	2.8%
CSU CardSystem	R\$ 49.778	R\$ 64.219	-22.5%	R\$ 54.251	-8.2%
CSU Contact	R\$ 50.723	R\$ 40.737	24.5%	R\$ 43.533	16.5%
Receita Líquida	R\$ 93.452	R\$ 97.339	-4.0%	R\$ 90.967	2.7%
Lucro Bruto	R\$ 22.165	R\$ 31.259	-29.1%	R\$ 24.853	-10.8%
CSU CardSystem	R\$ 21.058	R\$ 26.632	-20.9%	R\$ 24.969	-15.7%
CSU Contact	R\$ 1.107	R\$ 4.627	-76.1%	(R\$ 117)	n.d.
Margem Bruta	23.7%	32.1%	-8.4 p.p.	27.3%	-3.6 p.p.
CSU CardSystem	45.7%	44.8%	0.9 p.p.	49.6%	-3.9 p.p.
CSU Contact	2.3%	12.2%	-9.9 p.p.	-0.3%	2.6 p.p.
EBITDA	R\$ 14.400	R\$ 20.749	-30.6%	R\$ 17.304	-16.8%
CSU CardSystem	R\$ 17.493	R\$ 20.780	-15.8%	R\$ 21.161	-17.3%
CSU Contact	(R\$ 3.093)	(R\$ 31)	n.d.	(R\$ 3.857)	19.8%
Margem EBITDA	15.4%	21.3%	-5.9 p.p.	19.0%	-3.6 p.p.
CSU CardSystem	38.0%	35.0%	3.0 p.p.	42.1%	-4.1 p.p.
CSU Contact	-6.5%	-0.1%	-6.4 p.p.	-9.5%	3.0 p.p.
Lucro Líquido	R\$ 4.415	R\$ 7.960	-44.5%	R\$ 8.925	-50.5%

* Os números do 4T10 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010, rerepresentados nesta data.

CONTEXTO DE MERCADO E SETORIAL

As medidas contracionistas tomadas pelo Governo ainda não se mostraram suficientes para conter a aceleração da economia brasileira nos primeiros três meses desse ano, aumentando a pressão inflacionária. Com o mercado de trabalho aquecido, a forte demanda das famílias e a recuperação da indústria, a economia iniciou o ano de 2011 de forma vigorosa.

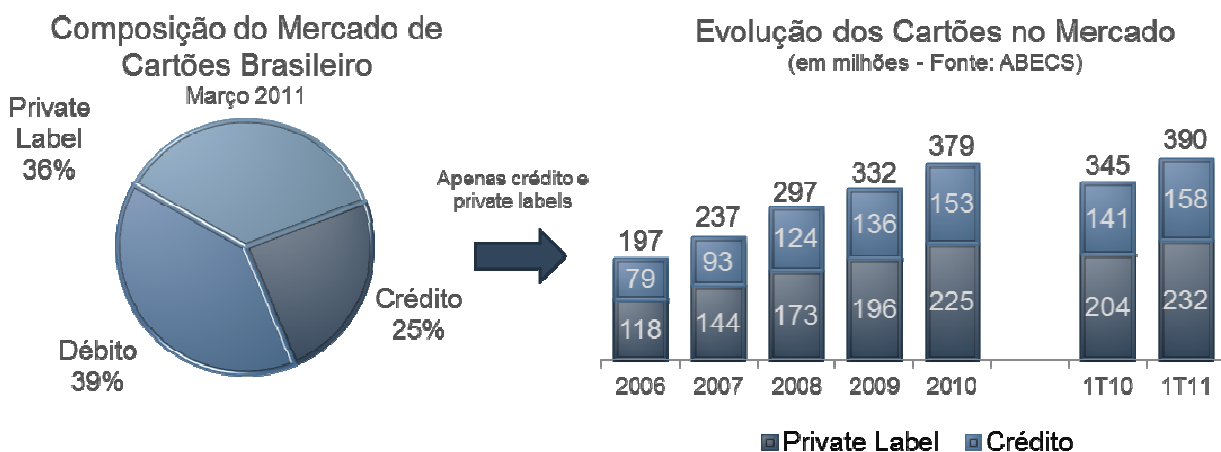
Além dos repetidos aumentos na taxa SELIC realizados pelo COPOM, que a elevaram de 10,75% para 12,00% nas quatro reuniões de 2011, outras medidas foram tomadas para conter a inflação. Entre as principais iniciativas está o aumento da alíquota de IOF sobre as novas operações de crédito (excluindo o crédito imobiliário) que subiu de 1,5% a.a. para 3,0% a.a.. Com a medida, espera-se queda no ritmo de crescimento do saldo de crédito de Pessoas Físicas, que, hoje, encontra-se acima de 20% ao ano.

Segundo relatório do Banco Central, divulgado no mês de março, o Copom avalia que a moderação da expansão do mercado de crédito constitui elemento importante para que se concretize seu cenário central de referência. Mas, a demanda interna continua forte, com o saldo total de crédito subindo 21% em fevereiro de 2011 na comparação com fevereiro de 2010, não mostrando queda no ritmo de crescimento.

As medidas do Banco Central tiveram forte influência sobre as taxas de juros cobradas do consumidor, tornando mais caras as operações de longo prazo (acima de 24 meses). Em fevereiro, a taxa foi de 43,8% a.a., aumento de 1,8 p.p. em relação a fevereiro de 2010. O mercado acredita que os juros subirão dos atuais 12,00% para 12,25% ao ano até o fim de 2011.

Com relação ao PIB, consultorias e bancos estimaram que o mesmo deve crescer entre 0,7% a 1,2% no 1T11 em relação ao 4º trimestre de 2010. A estimativa é que o ano de 2011 deve fechar com crescimento entre 3,6% a 4,0%. De acordo com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, a economia está desacelerando e já se ajustou a um ritmo de crescimento adequado.

No mercado de meios eletrônicos de pagamento, dados preliminares divulgados pela ABECS (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços) apontam que a base de cartões ativos no país (crédito e débito) aumentou 2,5% já neste ano chegando ao número de 643 milhões de cartões. Destes, 39% são do tipo débito, 36% tipo *private label* (emitidos por grandes redes ou lojas) e 25% de cartões de crédito.



O número de transações somou 1,83 bilhões e o faturamento alcançou R\$ 139.262 milhões até março deste ano, o que representa um aumento de 16% no número de transações e de 18% sobre o total faturado no mesmo período de 2010.

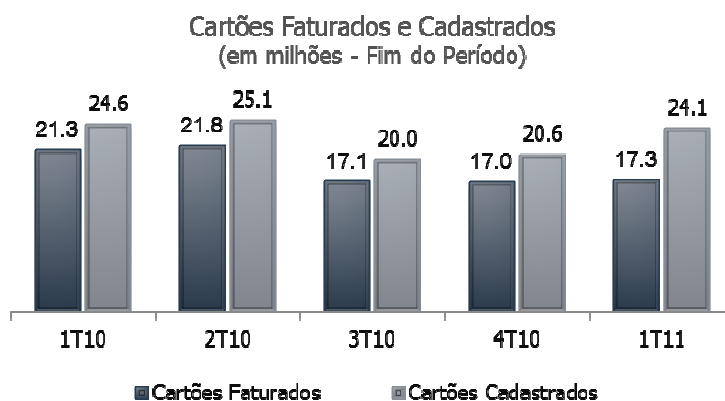
Na indústria de *contact center*, as notícias que ganharam mais destaque no primeiro trimestre são sobre os serviços de Cobrança. Segundo levantamento da empresa de monitoramento de crédito Serasa Experian, a inadimplência cresceu 5,9% nos primeiros meses do ano e para fazer frente a estes números de atrasos nos pagamentos, cada vez mais empresas do setor financeiro vêm utilizando serviços de empresas especializadas em realizar cobrança por telefone.

Segundo levantamento da ABT – Associação Brasileira de Telesserviços, o setor tem crescido em média 10% ao ano e deve ter encerrado 2010 empregando mais de 1 milhão de pessoas. O setor de *contact center* fatura cerca de R\$ 12 bilhões no Brasil, sendo os segmentos financeiros e de convergência os principais contratantes.

DESEMPENHO OPERACIONAL

CSU.CardSystem

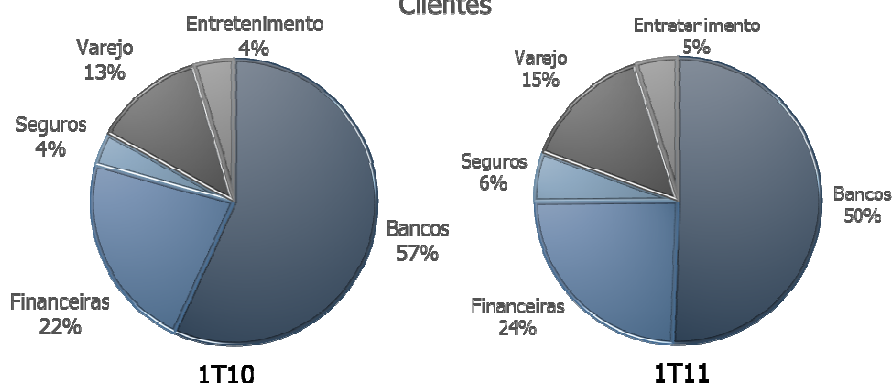
No 1T11, a entrada de cartões na base da CSU CardSystem somada à emissão de novos cartões atingiu novo recorde e ficou em 4,9 milhões de plásticos. Assim, o número total de cartões cadastrados fechou o período com 24,1 milhões de unidades, número que representa um acréscimo de 16,8% se comparado ao trimestre imediatamente anterior, por conta principalmente da entrada dos cartões do Tribanco migrados no final de março.



Este crescimento comprova a forte resiliência da CSU em recompor sua base de clientes, após a descontinuidade do contrato com a Nossa Caixa, adquirida pelo Banco do Brasil. Ao final de abril a base de cartões já alcançava 24,3 milhões de plásticos.

No primeiro trimestre, continuou a tendência de diversificação da base de cartões da empresa dada a alta taxa de crescimento experimentada pelos cartões emitidos por grandes redes varejistas, financeiras e seguradoras.

Participação na Base de Cartões por Segmento de Atividade dos Clientes



A base de cartões cadastrados na CSU tem a seguinte composição:

CSU CardSystem (em milhões)	1T11	% Total	1T10	% Total	Δ%	4T10	% Total	Δ%
Número de Cartões:	24,1	100,0%	24,6	100,0%	-2,0%	20,6	100,0%	16,8%
Cartões de Crédito	12,7	52,6%	17,6	71,6%	-28,0%	13,2	64,1%	-4,1%
Cartões Híbridos	4,9	20,2%	4,0	16,2%	22,3%	4,8	23,0%	2,8%
Cartões Private Label e outros	6,5	27,1%	3,0	12,1%	119,4%	2,7	12,9%	146,7%

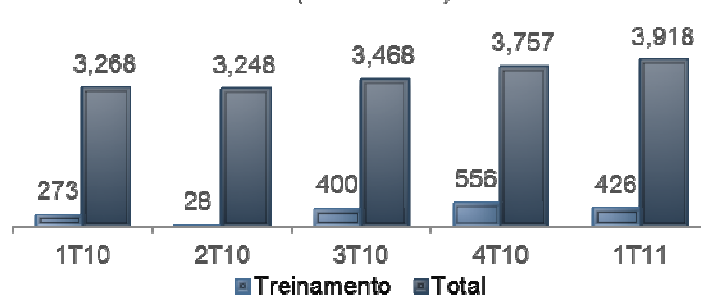
No segmento de adquirência, foi com muita satisfação que a CSU entregou, também neste 1T11, o projeto realizado com o banco Banrisul. O processamento das transações com a bandeira MasterCard entrou em operação assistida no mês de março. Além de MasterCard, o Banrisul já iniciou os trâmites para obtenção da licença com a Visa.

CSU Contact

O número de posições de atendimento da Companhia continuou crescendo durante o 1T11 atingindo 3.918 no final do período, uma variação de 4,3% em relação ao 4T10 e de 19,9% ano a ano. O incremento do número de PAs corrobora a estratégia de crescimento, permitindo acelerar o retorno sobre os investimentos e garantir o crescimento sustentado dessa unidade de negócios.

O reposicionamento da Companhia começa a surtir efeitos não apenas na retomada do seu crescimento, mas também na melhora da rentabilidade. O esforço de renovar sua estrutura focando em atender aos SLAs (indicadores de qualidade acordados com

Número de Posições de Atendimento (em unidades)



os clientes) possibilita à empresa melhorar sua lucratividade, melhorar sua imagem no mercado e entrar em novos segmentos de serviços diferenciados.

Conforme já mencionado em outras oportunidades, a CSU Contact presta serviços para importantes grupos empresariais como Accor, Banco do Brasil, Carrefour, EDP, HSBC, Net, Nextel, Telefônica, TIM, Tribanco e TVA.

DESEMPENHO FINANCEIRO

No entendimento da administração da CSU, os resultados do primeiro trimestre de 2011 refletem a conjugação de dois fatores que, somados, representaram uma contração no EBITDA gerado neste trimestre de R\$ 2,9 milhões em relação ao 4T10:

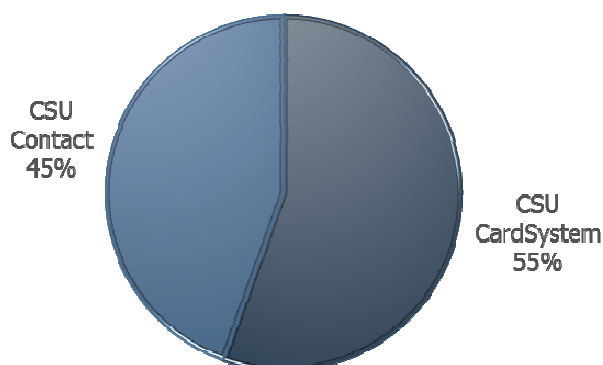
- a) Na unidade de negócios CSU CardSystem, o cronograma de saída dos cartões da Nossa Caixa e de entrada em operação dos novos contratos deixou este trimestre com um volume de receitas baixo (R\$ 4,5 milhões inferior ao 4T10); e
- b) Na unidade de negócios CSU Contact, os investimentos na implantação das novas posições de atendimento e na melhoria da qualidade ampliaram sua estrutura de custos (R\$ 5,5 milhões superior ao 4T10).

Assim sendo, a administração acredita tratar-se de um ponto mínimo ou de inflexão da curva, com o faturamento da CSU CardSystem retomando seu crescimento já a partir do 2T11 – vale destaque a entrada dos cartões do Tribanco, ocorrida no final de março - e com o lucro bruto da CSU Contact se expandindo, e contribuindo para a ampliação de margem até tornar o negócio auto-sustentável, com destaque para a melhoria de 3,0 p.p. na margem EBITDA em relação ao 4T10.

Receitas Operacionais

A receita bruta da CSU acumulou R\$ 100,5 milhões no 1T11 com retomada de crescimento na comparação com o 4T10 (+2,8%). Na comparação com 1T10, as receitas da CSU apresentaram uma redução de 4,2%. A retração é explicada pela queda no volume de serviços prestados pela unidade CSU CardSystem, por conta da descontinuidade do contrato com a Nossa Caixa, parcialmente compensado pela melhoria na geração de receitas da CSU Contact, com a entrada de novos clientes, renovação do portfólio de produtos, reforço do relacionamento

Participação das Unidades de Negócio na Receita Bruta (últimos 12 meses)



com os atuais clientes e reposicionamento perante o mercado.

O forte crescimento apresentado pela unidade CSU Contact também foi responsável por ampliar sua participação no mix de receitas da Companhia. A unidade de *call center* terminou o trimestre com receita de R\$ 50,7 milhões e crescimento de 16,5% em relação ao 4T10. Na unidade de negócios CSU CardSystem, a receita bruta alcançou R\$ 49,8 milhões, uma redução de 8,2% trimestre a trimestre. Na renovação de contratos, em virtude da perspectiva de crescimentos mais alavancados por parte de alguns clientes, a CSU alterou o modo de precificação, transformando contratos integralmente indexados à base de cartões para um modelo itemizado. Desta forma, com o faturamento feito por tipo de serviço prestado, dentro do modelo *full service*, há uma maior correlação entre as receitas da CSU e os custos gerados por cada contrato.

A comparação do desempenho da unidade CSU CardSystem com o mesmo trimestre do ano anterior fica prejudicada tanto pela descontinuidade do contrato com a Nossa Caixa quanto pela mudança no tipo de serviços prestados aos atuais clientes, por exemplo, com a internalização dos serviços de impressão e envio de faturas por dois grandes clientes.

Composição da Receita Bruta - R\$ mil	1T11	% Total	1T10	% Total	Δ%	4T10	% Total	Δ%
CSU CardSystem	49.778	49,5%	64.219	61,2%	-22,5%	54.251	55,5%	-8,2%
CSU Contact	50.723	50,5%	40.737	38,8%	24,5%	43.533	44,5%	16,5%
Total	100.501	100,0%	104.957	100,0%	-4,2%	97.784	100,0%	2,8%

A receita líquida seguiu as mesmas características da variação da receita bruta da Companhia, com a abertura por unidade de negócio a seguir:

Composição da Receita Líquida - R\$ mil	1T11	% Total	1T10	% Total	Δ%	4T10	% Total	Δ%
CSU CardSystem	46.050	49,3%	59.409	61,0%	-22,5%	50.310	55,3%	-8,5%
CSU Contact	47.402	50,7%	37.930	39,0%	25,0%	40.657	44,7%	16,6%
Total	93.452	100,0%	97.339	100,0%	-4,0%	90.967	100,0%	2,7%

Custos dos Serviços

No 1T11, os custos totais aumentaram 7,9% na comparação ano-a-ano, puxados pelo aumento de custos na CSU Contact, com o objetivo de atender o crescimento experimentado pela unidade e em linha com a estratégia de reposicionar a Companhia e elevar a qualidade dos níveis de serviços prestados.

Custos dos Serviços Prestados - R\$ mil	1T11	% Total	1T10	% Total	Δ%	4T10	% Total	Δ%
CSU CardSystem	24.992	35,1%	32.777	49,6%	-23,8%	25.340	38,3%	-1,4%
CSU Contact	46.294	64,9%	33.303	50,4%	39,0%	40.774	61,7%	13,5%
Total	71.286	100,0%	66.080	100,0%	7,9%	66.114	100,0%	7,8%

* Os números do 4T10 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010, reapresentados nesta data.

CSU.CardSystem

Os custos da unidade CSU CardSystem caíram 23,8% no 1T11 em relação ao 1T10, totalizando R\$ 25,0 milhões, comprovando mais uma vez a capacidade de gestão e adaptação da Companhia em um trimestre de menor geração de receita. A queda ocorreu também pelo menor volume de serviços prestados e por conta da alteração da cesta média de produtos e serviços contratados pelos clientes da base.

As variações nas linhas de custo abertas no quadro abaixo em relação ao 4T10 se explicam principalmente pelos gastos iniciais para implantação dos novos contratos. Quanto à depreciação, sua redução ocorreu pelo encerramento da vida útil de alguns ativos ao final do exercício de 2010.

Custos por componentes CSU CardSystem - R\$ mil	1T11	% RL	1T10	% RL	Δ%	4T10	% RL	Δ%
Mão-de-Obra	8.524	18,5%	10.717	18,0%	-20,5%	8.478	16,9%	0,5%
Expedição	5.433	11,8%	8.872	14,9%	-38,8%	5.211	10,4%	4,3%
Comunicação	967	2,1%	1.377	2,3%	-29,8%	897	1,8%	7,8%
Depreciação/Amortização	3.161	6,9%	3.570	6,0%	-11,5%	3.812	7,6%	-17,1%
Prédios	1.367	3,0%	1.392	2,3%	-1,7%	1.418	2,8%	-3,6%
Custos dos Produtos Entregues	3.147	6,8%	4.149	7,0%	-24,2%	3.079	6,1%	2,2%
Outros	2.394	5,2%	2.700	4,5%	-11,3%	2.444	4,9%	-2,1%
Total Custo dos Serviços	24.992	54,3%	32.777	55,2%	-23,8%	25.340	50,4%	-1,4%

* Os números do 4T10 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010, representados nesta data.

CSU.Contact

Como sabido, a CSU Contact acelerou as contratações para atender ao forte crescimento operacional da unidade e para reforçar áreas estratégicas a fim de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos clientes. O número de funcionários contratados nesta unidade de negócios se elevou de 6.900 no 1T10 para 8.158 ao final do 1T11. A linha de mão-de-obra, maior porção dos custos, também se elevou pelo efeito dos reajustes de salários da categoria, encargos e benefícios. Além disso, considerando que o período de treinamento dos atendentes é remunerado e que o número de treinandos é sempre superior ao número de PAs contratadas, por margem de segurança, os gastos com mão de obra do 1T11 aumentaram sua representatividade sobre a receita líquida, alcançando 72,2%. No 1T11, também foi maior a representatividade da remuneração variável/bonificação sobre os serviços prestados pelos atendentes e supervisores, contribuindo para a redução do *turn-over*, em linha com a estratégia da Companhia.

Vale destacar que, na comparação do 1T11 com o 4T10, a evolução dos custos com mão de obra (16,9%) ficou equivalente à evolução da receita líquida (16,6%), caracterizando-se como custo variável.

A CSU assumiu integralmente o aluguel dos andares remanescentes no site de Alphaview para atender ao crescimento esperado para a unidade de negócios CSU Contact. Esse movimento é percebido pelo aumento de 20,4% dos custos com prédios entre o 1T10 e o 1T11, e de 10,9% na comparação com o trimestre imediatamente anterior.

A seguir estão discriminados os custos da unidade de negócios CSU Contact:

Custo por componentes CSU Contact - R\$ mil	1T11	% RL	1T10	% RL	Δ%	4T10	% RL	Δ%
Mão-de-Obra	34.201	72,2%	22.857	60,3%	49,6%	29.257	72,0%	16,9%
Comunicação	880	1,9%	855	2,3%	2,9%	1.066	2,6%	-17,5%
Depreciação/Amortização	1.739	3,7%	1.598	4,2%	8,8%	1.618	4,0%	7,5%
Prédios	6.607	13,9%	5.486	14,5%	20,4%	5.958	14,7%	10,9%
Outros	2.867	6,0%	2.506	6,6%	14,4%	2.875	7,1%	-0,2%
Total Custo dos Serviços	46.294	97,7%	33.303	87,8%	39,0%	40.774	100,3%	13,5%

* Os números do 4T10 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010, rerepresentados nesta data.

Lucro Bruto

No 1T11, em consequência das menores receitas da unidade CSU CardSystem e da elevação dos custos da CSU Contact, houve uma redução no lucro bruto de 29,1%, em comparação com o 1T10. A margem bruta da Companhia passou de 32,1% para 23,7%, também explicada pelo novo mix de receita da empresa com maior participação da CSU Contact.

Por unidade de negócio, com uma gestão criteriosa de seus custos, a CSU CardSystem apresentou ampliação na margem bruta, passando de 44,8% no 1T10 para 45,7% no 1T11.

Em linha com o esperado, a CSU Contact terminou o 1T11 com margem bruta de 2,3%, ampliando sua rentabilidade em relação ao 4T10. A estratégia de ampliação da rentabilidade da unidade de negócio CSU Contact está viabilizando a entrada de novas PAs com receitas de maior margem.

Lucro Bruto - R\$ mil	1T11	% RL	1T10	% RL	Δ%	4T10	% RL	Δ%
CSU CardSystem	21.058	45,7%	26.632	44,8%	-20,9%	24.969	49,6%	-15,7%
CSU Contact	1.107	2,3%	4.627	12,2%	-76,1%	(117)	-0,3%	n.d
Total	22.165	23,7%	31.259	32,1%	-29,1%	24.853	27,3%	-10,8%

* Os números do 4T10 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010, rerepresentados nesta data.

Despesas Operacionais

No 1T11, a CSU apresentou uma redução de 23,4% nas despesas operacionais quando comparadas com o 1T10. Ao longo do período, foi foco da administração buscar uma estrutura operacional mais enxuta para manter a rentabilidade e propiciar condições para retomar seu crescimento.

As despesas gerais e administrativas contabilizaram uma queda de 12,6% no 1T11 em comparação com o 1T10, pela redução de gastos administrativos na CSU CardSystem dado o menor volume de serviços prestados.

Os honorários da administração passaram de R\$ 0,8 milhão no 1T10 para R\$ 1,17 milhão no 1T11 com o aumento do número de diretores e reajuste de salários pela inflação. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior a queda dos honorários se deu pelos pagamentos de gratificações realizados no final de 2010.

As despesas financeiras líquidas ficaram estáveis e somaram R\$ 1,76 milhão no primeiro trimestre de 2011, valor igual ao apresentado no mesmo período do ano anterior. O aumento em relação ao 4T10 se deu principalmente pelo aumento da taxa média SELIC e pelo menor montante de disponibilidades, alocadas em investimentos no período.

Em outras despesas operacionais, a variação se explica principalmente pela baixa de ativos ocorrida após a revisão de suas vidas úteis econômicas, com maior concentração no 1T10 quando alguns dos sites da unidade de *contact center* foram descontinuados e centralizados em Alphaview.

A tabela a seguir demonstra mais detalhadamente as variações:

Despesas Operacionais - R\$ mil	1T11	% RL	1T10	% RL	Δ%	4T10	% RL	Δ%
Com vendas	159	0,2%	697	0,7%	-77,2%	454	0,5%	-65,0%
Gerais e administrativas	12.194	13,0%	13.945	14,3%	-12,6%	14.035	15,4%	-13,1%
Gerais e Administrativas	10.651	11,4%	12.825	13,2%	-17,0%	11.956	13,1%	-10,9%
Honorários da Administração	1.167	1,2%	815	0,8%	43,2%	1.602	1,8%	-27,2%
Depreciação/Amortização	376	0,4%	305	0,3%	23,3%	477	0,5%	-21,2%
Despesas financeiras líquidas	1.762	1,9%	1.760	1,8%	0,1%	1.674	1,8%	5,3%
Outras despesas (receitas) operacionais	688	0,7%	1.406	1,4%	-51,1%	921	1,0%	-25,3%
Total Despesas Operacionais	14.803	15,8%	17.808	18,3%	-16,9%	17.084	18,8%	-13,4%
Gastos com reestruturação	-	0,0%	1.505	1,5%	-100,0%	-	0,0%	n.d.
Total Desp. Operacionais Ajustadas	14.803	15,8%	19.313	19,8%	-23,4%	17.084	18,8%	-13,4%

* Os números do 4T10 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010, reapresentados nesta data.

EBITDA

A geração de caixa medida pelo EBITDA totalizou, ao final do 1T11, R\$ 14,4 milhões. O trimestre representa um ponto de retomada de expansão para a CSU, no qual as receitas da CSU CardSystem encontram-se em um baixo patamar e o potencial de rentabilidade da CSU Contact começa a ser concretizado.

Espera-se para os próximos trimestres um maior crescimento das receitas da CSU CardSystem com a entrada em produção agora no 1T11 de importantes projetos, como Tribanco e Bannisul. Além disso, a rentabilidade da CSU Contact deverá apresentar melhora consistente, como resultado do crescimento que a unidade de negócios tem experimentado.

Analisando o resultado por unidade de negócios deste 1T11, nota-se que a CSU CardSystem gerou um EBITDA de R\$ 17,5 milhões, equivalente a uma margem bastante saudável de 38,0% e 3 p.p. maior que a margem apresentada no 1T10. Este montante compensou o resultado negativo de R\$ 3,1 milhões da CSU Contact, já sinalizando melhora em relação aos R\$ 3,9 milhões negativos do 4T10. Os resultados da CSU Contact ainda sofreram impacto dos prejuízos com a operação de 500 PAs que foi descontinuada em fevereiro deste ano.

A seguir, estão abertos os resultados das unidades de negócios e a reconciliação do EBITDA da Companhia:

EBITDA - R\$ mil	1T11	% RL	1T10	% RL	Δ%	4T10	% RL	Δ%
CSU CardSystem	17.493	38.0%	20.780	35.0%	-15.8%	21.161	42.1%	-17.3%
CSU Contact	(3.093)	-6.5%	(31)	-0.1%	N/A	(3.857)	-9.5%	19.8%
Total EBITDA	14.400	15.4%	20.749	21.3%	-30.6%	17.304	19.0%	-16.8%



Comentário do Desempenho

Reconciliação EBITDA - R\$ mil	1T11	% RL	1T10	% RL	Δ%	4T10	% RL	Δ%
LAIR	7.362	7,9%	11.947	12,3%	-38,4%	9.696	10,7%	-24,1%
(+) Despesas Financeiras	1.762	1,9%	1.760	1,8%	0,1%	1.670	1,8%	5,5%
(+) Depreciação/Amortização	5.275	5,6%	5.537	5,7%	-4,7%	5.938	6,5%	-11,2%
(+) Projeto de Reestruturação	-	0,0%	1.505	1,5%	-100,0%	-	0,0%	-
EBITDA	14.400	15,4%	20.749	21,3%	-30,6%	17.304	19,0%	-16,8%

* Os números do 4T10 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010, representados nesta data.

Lucro Líquido

No 1T11, o lucro líquido da Companhia alcançou R\$ 4,4 milhões, equivalente a uma margem líquida de 4,7%. A contração ocorreu principalmente pela queda nominal e pontual da receita da unidade CSU CardSystem.

Lucro Líquido - R\$ mil	1T11	% RL	1T10	% RL	Δ%	4T10	% RL	Δ%
Lucro Líquido	4.415	4,7%	7.960	8,2%	-44,5%	8.925	9,8%	-50,5%

* Os números do 4T10 foram ajustados para refletir os efeitos da adoção integral da convergência contábil efetivos para cada trimestre de 2010, representados nesta data.

Investimentos

No 1T11, a CSU deu continuidade aos investimentos em desenvolvimento e customização da sua plataforma utilizada no processamento e gestão de cartões. Neste trimestre, conforme já mencionado, foram entregues 2 importantes projetos: o processamento de *acquirer* para o banco Banrisul e a migração da base do Tribanco para a Companhia.

No trimestre, os investimentos tiveram aumento de 35,1% ano a ano, e somaram R\$ 10,2 milhões, sendo 52% alocados à unidade CSU CardSystem. O aumento de 14,8% nos investimentos realizados na unidade de cartões se deu principalmente pelo maior número de projetos trabalhados em paralelo.

Na unidade CSU Contact, o aumento de 143,7% foi realizado para atender o crescimento da unidade e implementar as operações dos novos contratos. Esses investimentos estão em linha com o plano da Companhia e seu principal uso foi a aquisição de equipamentos e mobiliário no site de Alphaview.

Investimentos - R\$ milhões	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
CSU CardSystem	5,3	4,6	14,8%	5,8	-7,9%
CSU Contact	4,8	2,0	143,7%	1,5	232,5%
Instalações	-	0,9	-100,0%	0,3	-100,0%
Capex	10,2	7,5	35,1%	7,5	35,7%

Geração de Caixa

A CSU terminou o 1T11 com dívida líquida de R\$ 30,9 milhões, uma redução de 37,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A dívida bruta da CSU reduziu-se em 16,6% na mesma comparação. A geração operacional de caixa, no trimestre, totalizou R\$ 11,1 milhões e as disponibilidades ficaram em R\$ 21,3 milhões no final do período. Utilizando-se o EBITDA dos últimos 12 meses, chega-se a uma relação dívida líquida sobre EBITDA de apenas 0,4 vezes, o que permite à CSU abraçar futuras oportunidades de negócios.

O crescimento nos investimentos, o pagamento de juros sobre o capital próprio e a aquisição de ações CARD3 pelo programa de recompra durante o primeiro trimestre de 2011 são os principais motivadores da redução no saldo de caixa da Companhia. Conforme já mencionado em relatórios anteriores, dado o plano de investimentos atual, pode se mostrar necessária a captação de dívida para otimizar a estrutura de capital da CSU e agregar valor ao negócio.

Endividamento - R\$ milhões	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Curto prazo	26,6	20,7	28,3%	25,7	3,2%
Empréstimos e Financiamentos	15,2	10,5	45,1%	15,2	0,3%
Leasing	11,3	10,2	11,1%	10,5	7,5%
Longo prazo	25,7	41,9	-38,7%	28,2	-8,9%
Empréstimos e Financiamentos	9,6	24,3	-60,5%	13,1	-26,6%
Leasing	16,1	17,6	-8,7%	15,1	6,4%
Dívida Bruta	52,2	62,6	-16,6%	53,9	-3,1%
(-) Disponibilidades	21,3	13,4	59,0%	30,1	-29,2%
Dívida Líquida	30,9	49,2	-37,1%	23,8	29,8%

MERCADO DE CAPITAIS

No mercado de capitais, o primeiro trimestre do ano começou com cautela. Dadas as incertezas com cenário externo e doméstico, a Bolsa fechou o mês de março com uma variação negativa de 1.82%, tendência que se arrasta ainda para o segundo trimestre do ano. As causas da queda da bolsa brasileira são diversas, como preocupação com o orçamento nos Estados Unidos, desastre nuclear japonês e no mercado interno, alta na inflação e valorização contínua do real.

As ações da CSU fecharam o 1T11 com preço de R\$ 4,88, uma queda de 27,8% no período. Os dados de liquidez da CARD3 mostram a realização de um total de 5.106 negócios no período, envolvendo cerca de 9,25 milhões de ações com volume médio diário de R\$ 832 mil no mercado à vista. Quando comparado ao mesmo trimestre do ano passado houve um aumento de 79,7% de negócios no período e um aumento de 31,2% no volume médio diário, já como resultado da maior exposição da Companhia ao mercado e de suas perspectivas de melhorias operacionais concretas.

Nesse primeiro trimestre de 2011 a CSU deu continuidade ao seu programa de recompra de ações. O programa, que é uma demonstração clara de que a Companhia considera atrativo o preço atual de mercado de seus papéis, prevê a compra de até 800 mil ações ordinárias. Até a data desta divulgação, já foram adquiridas e estão mantidas em tesouraria 1.550.100 ações sendo que, destas, 751.600 correspondem a ações adquiridas no programa atual.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Na Assembleia Geral Ordinária ocorrida neste último dia 26 de abril, juntou-se ao Conselho de Administração da CSU, o Sr Antonio Fadiga, totalizando 6 membros independentes e 2 executivos da Companhia. Sua eleição consolida o aprimoramento das práticas de governança corporativa e do modelo de gestão da Companhia, cujo Conselho vem ganhando um caráter mais participativo e atuante nas estratégias de negócio da empresa. A expertise de Fadiga em Comunicação e Marketing complementa as competências do Conselho e contribuirá significativamente para o planejamento estratégico da CSU. Os atuais membros do Conselho de Administração são: Marcos Ribeiro Leite, Rubens Barbosa, Ricardo José Ribeiro Leite, Paulo Gabriel Godinho Delgado, José Reinaldo Moreira Tosi, Álvaro Antônio Cardoso de Souza, Antônio Martins e Alexandre Eduardo Vasarhelyi; sendo o último eleito por acionistas minoritários. Também foi reinstalado o Conselho Fiscal, com a entrada de novos membros indicados pelos acionistas minoritários, tendo como membro efetivo o Sr Jorge Lepeltier, e como suplente o Sr. Massao Oya. Foram reeleitos os Srs. Sérgio Sayeg e Luciano Ventura, como efetivos, e os Srs. Luiz Carlos Bastos Mello e Carlos José Rolim de Mello, como suplentes.

Afirmções sobre Expectativas Futuras: Este relatório pode incluir declarações que representem expectativas sobre eventos ou resultados futuros. Essas declarações estão baseadas em certas suposições e análises feitas pela Companhia de acordo com a sua experiência e o ambiente econômico e nas condições de mercado e nos eventos futuros esperados, muitos dos quais estão fora do controle da Companhia. Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Companhia, as condições econômicas brasileira e internacional, tecnologia, estratégia financeira, desenvolvimentos dos clientes, condições do mercado financeiro, incerteza a respeito dos resultados de suas operações futuras, planos, objetivos, expectativas e intenções, entre outros. Em razão desses fatores, os resultados reais da Companhia podem diferir significativamente daqueles indicados ou implícitos nas declarações de expectativas sobre eventos ou resultados futuros.



Comentário do Desempenho

Anexos

Demonstração do Resultado (Reais Mil)

Descrição da Conta	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Receita Bruta	100.501	104.957	-4,2%	97.783	2,8%
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	93.452	97.339	-4,0%	90.966	2,7%
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(71.286)	(66.080)	7,9%	(66.074)	7,9%
Resultado Bruto	22.166	31.259	-29,1%	24.892	-11,0%
Despesas/Receitas Operacionais	(13.040)	(17.553)	-25,7%	(13.524)	-3,6%
Despesas com Vendas	(158)	(697)	-77,3%	(650)	-75,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(12.194)	(13.945)	-12,6%	(12.940)	-5,8%
Outras Receitas Operacionais	200	72	177,8%	808	-75,2%
Outras Despesas Operacionais	(888)	(2.983)	-70,2%	(742)	19,7%
Outras Despesas Operacionais	(888)	(1.478)	-39,9%	(1.245)	-28,7%
Gastos com Reestruturação	-	(1.505)	-100,0%	503	-
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.126	13.706	-33,4%	11.368	-19,7%
Resultado Financeiro	(1.762)	(1.760)	0,1%	(1.669)	5,6%
Receitas Financeiras	1.522	1.230	23,7%	1.767	-13,9%
Despesas Financeiras	(3.284)	(2.990)	9,8%	(3.436)	-4,4%
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.364	11.946	-38,4%	9.699	-24,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(2.949)	(3.986)	-26,0%	(772)	282,0%
Corrente	(2.501)	(3.465)	-27,8%	(921)	171,6%
Diferido	(448)	(521)	-14,0%	149	-400,7%
Lucro do Período	4.415	7.960	-44,5%	8.927	-50,5%

Demonstração de Fluxo de Caixa - Metodo Indireto (Reais Mil)

Descrição da Conta	1T11	1T10	Δ%	4T10	Δ%
Caixa Líquido Atividades Operacionais	9.356	15.024	-37,7%	1.329	604,0%
Caixa Gerado nas Operações	11.054	15.506	-28,7%	24.082	-54,1%
Lucro Líquido (Prejuízo) do período	4.415	7.960	-44,5%	8.927	-50,6%
Depreciação e amortização	5.275	6.414	-17,8%	5.945	-11,2%
Valor residual dos ativos baixados	(412)	744	-155,4%	(55)	649,1%
Juros e variações monetárias	2.667	1.305	104,4%	3.235	-17,5%
Instrumento patrimonial p/ pagto em ações	30	24	25,0%	(4)	-850,0%
Provisão para crédito de liquidaçã duvidosa	(921)	(941)	-2,1%	6.034	-115,3%
Variações nos Ativos e Passivos	66	546	-87,9%	(20.440)	-100,3%
Contas a receber	5.583	(5.011)	-211,4%	(10.976)	-150,9%
Estoques	33	103	-68,0%	(334)	-109,9%
Depósitos Judiciais	(2.092)	(1.946)	7,5%	(1.975)	5,9%
Outros Ativos	8.056	6.006	34,1%	(951)	-946,9%
Fornecedores	(1.926)	(130)	1381,5%	(1.171)	64,5%
Salários e Encargos Sociais	2.277	(342)	-765,8%	(2.096)	-208,6%
Provisão para contingências	401	2.330	-82,8%	(371)	-208,1%
Outros Passivos	(12.266)	(464)	2543,5%	(2.566)	378,0%
Outros	(1.764)	(1.028)	71,6%	(2.313)	-23,7%
Juros Pagos	(2.234)	(1.028)	117,3%	(2.313)	-3,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	470	-	-	-	-
Caixa Líquido Atividades de Investimento	(10.158)	(7.500)	35,4%	(7.490)	35,7%
Aquisição de Ativos	(10.158)	(7.500)	35,4%	(1.557)	552,7%
Aquisição de ativo intangível	(5.818)	(4.714)	23,4%	(5.933)	
Caixa Líquido Atividades Financiamento	(7.970)	(5.072)	57,1%	(5.176)	53,9%
Ingresso de empréstimos e financiamentos	15.279	6.561	132,9%	3.563	328,8%
Amortização de Emprést. E financiamentos	(15.999)	(10.934)	46,3%	(6.906)	131,6%
Aquisição de ações em tesouraria	(1.679)	(699)	140,2%	(1.833)	-8,4%
Dividendos Pagos	(5.571)	-	0,0%	-	0,0%
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-	-	0,0%	-	0,0%
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	(8.772)	2.452	-457,7%	(11.337)	-22,6%
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.080	10.988	173,8%	41.417	-27,4%
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.308	13.440	58,5%	30.080	-29,2%



Comentário do Desempenho

Balanço Patrimonial - Ativo

Descrição da Conta	1T11	4T10	Variação %
Ativo Total	309.004	312.851	-1,2%
Ativo Circulante	77.928	87.757	-11,2%
Caixa e Equivalente de Caixa	21.308	30.080	-29,2%
Contas a Receber	44.329	47.746	-7,2%
Estoques	1.278	1.311	-2,5%
Títulos a Recuperar	8.235	6.053	36,0%
Títulos Correntes a Recuperar	8.235	6.053	36,0%
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.569	4.447	47,7%
Demais tributos a compensar	1.666	1.606	3,7%
Outros Ativos Circulantes	2.778	2.567	8,2%
Ativo Não Circulante	231.076	225.094	2,7%
Ativo Realizável a Longo Prazo	55.560	54.327	2,3%
Contas a Receber	3.735	4.980	-25,0%
Clientes	3.735	4.980	-25,0%
Tributos Diferido	9.061	9.509	-4,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.061	9.509	-4,7%
Outros Ativos Não Circulantes	42.764	39.838	7,3%
Depósitos Judiciais	42.432	39.505	7,4%
Outros	332	333	-0,3%
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	40.150	38.034	5,6%
Imobilizado em Operação	7.680	6.736	14,0%
Imobilizado Arrendado	32.470	31.298	3,7%
Intangível	135.366	132.733	2,0%
Intangíveis	135.366	132.733	2,0%
Sistemas informatizados	109.471	106.838	2,5%
Ágio sem vida útil definida	25.895	25.895	0,0%



Comentário do Desempenho

Balanco Patrimonial Passivo (Reais Mil)

Descrição da Conta	1T11	4T10	Variação %
Passivo Total	309.004	312.851	-1,2%
Passivo Circulante	76.508	82.847	-7,7%
Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.301	27.024	8,4%
Obrigações Sociais	5.058	5.563	-9,1%
Obrigações Trabalhistas	24.243	21.461	13,0%
Fornecedores	12.347	14.273	-13,5%
Obrigações Fiscais	6.430	8.509	-24,4%
Obrigações Fiscais Federais	5.489	7.563	-27,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	263	-	-
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	3.356	3.277	2,4%
Outros Impostos federais	1.870	4.286	-56,4%
Obrigações Fiscais Estaduais	38	49	-22,4%
Obrigações Fiscais Municipais	903	897	0,7%
Empréstimos e Financiamentos	26.564	25.729	3,2%
Empréstimos e Financiamentos	15.236	15.190	0,3%
Financiamento por Arrendamento Financeiro	11.328	10.539	7,5%
Outras Obrigações	1.866	7.312	-74,5%
Outros	1.866	7.312	-74,5%
Dividendos e JCP a Pagar	1.379	6.950	-80,2%
Outras Obrigações	487	362	34,5%
Passivo Não Circulante	77.162	77.433	-0,3%
Empréstimos e Financiamentos	25.670	28.176	-8,9%
Empréstimos e Financiamentos	9.604	13.079	-26,6%
Financiamento por Arrendamento Financeiro	16.066	15.097	6,4%
Outras Obrigações	15.007	13.774	9,0%
Outros	15.007	13.774	9,0%
Tributos a Recolher	1.155	1.258	-8,2%
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	13.852	12.516	10,7%
Provisões	36.485	35.483	2,8%
Provisões Fiscais Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	36.485	35.483	2,8%
Provisões Fiscais	30.325	29.605	2,4%
Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.990	5.647	6,1%
Provisões Cíveis	170	231	-26,4%
Patrimônio Líquido	155.334	152.571	1,8%
Capital Social Realizado	129.232	129.232	0,0%
Reservas de Capital	(7.915)	(6.263)	26,4%
Opções Outorgadas	249	220	13,2%
Ações em Tesouraria	(8.164)	(6.483)	25,9%
Reservas de Lucros	29.602	29.602	0,0%
Reserva de Retenção de Lucros	29.602	29.602	0,0%
Lucros / Prejuízos Acumulados	4.415	-	n/d

Notas Explicativas

1 Outras informações

As operações da CSU CardSystem S.A. ("CSU" ou "Companhia") compreendem a prestação de serviços de processamento de cartões de crédito e de uso múltiplo, de gestão e operacionalização de teleatendimento e televendas (*contact centers*), de cobrança e análise de crédito, de desenvolvimento e gestão operacional de programas de relacionamento e fidelização e a prestação de serviços a empresas que operam no credenciamento de estabelecimento para realização de transações eletrônicas, contemplando a implantação, operacionalização e gestão de rede de capturas de transações eletrônicas de meios de pagamento. A Companhia está sediada no Estado de São Paulo.

As presentes informações trimestrais foram aprovadas em reunião de Diretoria ocorrida em 11 de maio de 2011.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas a seguir, aplicadas de maneira consistente com os períodos anteriores apresentados para fins de comparabilidade.

2.1 Base de preparação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais, relativamente às operações da Companhia, estão, também, de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas em 25 de março de 2011.

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais dessas estimativas podem apresentar variações que, no período em que forem verificadas, serão reconhecidos no resultado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados incluem: avaliação sobre a realização das contas a receber de clientes, para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa; avaliação sobre risco de perdas em processos judiciais nos quais a Companhia seja parte ré, para fins de mensuração de provisões para passivos judiciais; mensuração da etapa de execução dos serviços não faturados, para fins de reconhecimento das respectivas receitas; projeção de resultados tributários futuros, para identificação da recuperabilidade dos créditos fiscais diferidos; e determinação de vidas úteis econômicas do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação nas operações. Detalhes sobre estas estimativas contábeis e julgamentos estão apresentados na Nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com relatórios internos fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados e apresentados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"), qual seja o real.

Notas Explicativas

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e investimentos com vencimentos originais de até três meses, com alta liquidez, mantidos em instituições financeiras e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros - classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classificou todos os seus ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data base do balanço, sendo estes classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "contas a receber de clientes", "demais contas a receber", "caixa e bancos" e "empréstimos e financiamentos", sendo contabilizados no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou em um grupo de ativos financeiros e, quando identificada, uma provisão é registrada e reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;

Notas Explicativas

- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Durante os períodos encerrados em 31 de março de 2011 e de 2010, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. A avaliação da existência de *impairment* é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

O valor justo das contas a receber de clientes é registrado, inicialmente, pelo valor presente desses ativos calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

2.9 Estoques

Os estoques da Companhia compreendem materiais aplicados na prestação de serviços e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

2.10 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao bem e que o custo possa ser mensurado com segurança. Gastos com reparos e manutenções são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

Notas Explicativas

A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear a partir da entrada em operação dos bens, considerando taxas que contemplam as respectivas vidas úteis econômicas anuais conforme demonstrado na Nota 3.5, que são revisadas e ajustadas, se apropriado, anualmente.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em “Outras despesas operacionais líquidas”, no momento da alienação.

O valor de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for superior ao seu valor recuperável estimado.

2.11 Intangíveis

Os intangíveis estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido da amortização e de provisão para ajuste ao valor provável de realização (*impairment*), quando aplicável.

(a) Ágio

O montante de ágio registrado no balanço foi apurado quando da incorporação dos acervos líquidos contábeis da Global Investments do Brasil Participações Ltda., da Marketsystem e da Rail Sul S.A., pela diferença entre o valor de compra e o valor contábil do patrimônio líquido das sociedades adquiridas. O ágio está fundamentado em rentabilidade futura, tendo sido amortizado até 31 de dezembro de 2008, no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados, não superiores a dez anos.

De acordo com o CPC 01, a partir de 1º de janeiro de 2009, os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização, mas sim a testes anuais de recuperabilidade, conforme descrito na Nota 2.12.

Para fins de teste de recuperabilidade, o ágio é alocado a Unidade Geradora de Caixa que deve se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, no caso a CSU.CardSystem, identificada de acordo com o segmento operacional.

(b) Programas de computador (*softwares*)

As licenças de *software* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que estejam prontos para sua utilização. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil anual estimada, conforme apresentado na Nota 5.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos com desenvolvimento diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais diretamente relacionadas.

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização, depreciação e demais ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Notas Explicativas

2.13 Arrendamento mercantil

Arrendamentos mercantis que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são classificados como arrendamento financeiro e são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, sendo depreciados ao longo de sua vida útil econômica. Os respectivos pagamentos são alocados parte ao passivo e parte aos encargos financeiros para que, desta forma, sejam obtidas taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo circulante e não circulante. Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado durante o período do arrendamento.

Arrendamentos mercantis nos quais parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional e os respectivos pagamentos são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período de arrendamento.

2.14 Fornecedores

Os passivos com fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano e, caso contrário, são apresentados como passivo não circulante. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, quando então são classificados no passivo não circulante.

2.16 Provisões

As provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando uma estimativa confiável do valor possa ser feita, mensurada pelo valor presente dos gastos que serão necessários para liquidar a obrigação. Posteriormente, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base na legislação tributária vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, usando-se o método do passivo. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, quais sejam aquelas quando espera-se que o respectivo imposto diferido ativo seja realizado ou quando o imposto diferido passivo seja liquidado.

Notas Explicativas

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os impostos de rendas diferidos ativos e passivos são compensáveis quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

2.18 Benefícios a empregados

(a) Gratificação a gestores

O reconhecimento desta despesa é mensalmente efetuado com base em estimativas percentuais do Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) ou do lucro líquido do período, o que for menor, de acordo com a aprovação do Conselho de Administração.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece a administradores e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados em ações da Companhia. A Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido em condições específicas, que devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito na "Reserva de capital - opções de ações".

2.19 Capital social

As ações ordinárias emitidas pela Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

O valor pago pela aquisição de ações de emissão da própria Companhia incluem quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, líquidos do imposto de renda, sendo deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou alienadas.

2.20 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras quando deliberado, com base nas disposições contidas no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

O estatuto social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito a seus acionistas de Juros Sobre Capital Próprio (JCP), devendo ser imputado ao dividendo estatutário, configurando a obrigação legal. O benefício fiscal do JCP é reconhecido na demonstração do resultado.

2.21 Reconhecimento de receita

(a) Vendas de serviços

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços executados até a data-base do balanço, mensurados de acordo com os critérios estabelecidos contratualmente com os clientes, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente e quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para Companhia. Se posteriormente surgirem circunstâncias que possam alterar os valores obtidos nas mensurações originais de receitas e custos, as mensurações iniciais serão revisadas, podendo resultar em aumento ou redução das receitas ou dos custos inicialmente registrados, as quais serão reconhecidas no resultado do período em que a administração tomar conhecimento das circunstâncias que originarem a

Notas Explicativas

revisão.

A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e descontos.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes e circulantes, para estes últimos quando o efeito é considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto, são ajustados ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos de realização, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas e despesas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros pela fruição do prazo.

2.23 Normas, alterações e interpretações de normas em vigor a partir do exercício social de 2011

As interpretações e alterações de normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. Entretanto, não são esperados impactos relevantes para as operações atuais da Companhia.

<u>Tópico</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data da entrada em vigor</u>
IAS 24 - "Divulgações de Partes Relacionadas" (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas como governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provedimento de Recursos (<i>Funding</i>) e sua Interação"	Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.	1º de janeiro de 2011
IFRS 9 "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de <i>hedge</i> continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser reapresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.	1º de janeiro de 2013

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Notas Explicativas

3.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização de contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre contas a receber de clientes são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão no balanço em montante suficiente para cobertura da perda provável.

3.2 Provisões para passivos judiciais

As provisões para passivos judiciais são referentes a procedimentos judiciais, de acordo com a probabilidade de perda ou ganho, sendo registradas contabilmente provisões somente para os procedimentos em que a administração julgue como provável um resultado desfavorável à Companhia e com relação ao qual a perda seja estimada em bases razoáveis. Para os procedimentos judiciais em que o julgamento de um resultado desfavorável à Companhia seja possível, é efetuada divulgação nas notas explicativas. Essas determinações são feitas pela administração com base no parecer dos assessores jurídicos da Companhia, de forma que os passivos judiciais e contingências estejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.3 Receita de prestação de serviços não faturada

As receitas da Companhia decorrem principalmente da prestação de serviços, nos termos dos contratos comerciais com os clientes da Companhia. Enquanto não faturada, a receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente, de acordo com as condições estabelecidas nos contratos.

3.4 Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias

Os créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social diferidos, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, são reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis da Companhia nos próximos exercícios. A administração da Companhia elabora periodicamente, ao final de cada exercício, estudo técnico suportado pela projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários em período inferior a dez anos. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

3.5 Vida útil de ativos não circulantes

Os ativos imobilizados e intangíveis, com exceção do ágio, são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando taxas que se aproximam à vida útil econômica dos bens, anualmente revisadas, apresentadas a seguir:

Ativo imobilizado	Vida útil econômica (anos)
Móveis e utensílios	9
Instalações	15
Equipamentos	9
Veículos	6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2 a 4
Computadores e periféricos	4

Notas Explicativas

Ativo intangível	Vida útil econômica (anos)
Sistemas de processamento de dados	19
Sistemas de customização	24
Sistema ERP	19
<i>Software</i> Vision Plus	24
Cessão de direitos de uso de <i>software</i>	10
Outros	5

3.6 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado, intangível e demais ativos, incluindo o saldo de ágio na aquisição de investimentos, são revistos anualmente, para identificar eventuais evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. O teste de recuperabilidade dos saldos dos Imobilizados e Intangíveis é efetuado de acordo com o CPC 01, considerando sua recuperação pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, com base em premissas e projeções de crescimento, contidos no plano de negócios da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos na data do balanço são representados por depósitos bancários à vista e por aplicações financeiras em títulos de renda fixa, remuneradas pelo CDI e mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Esses saldos são mantidos em instituições financeiras de primeira linha, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Disponibilidades		
Caixas e bancos		
Bancos moeda nacional	3.135	1.997
	<u>3.135</u>	<u>1.997</u>
Aplicações financeiras		
Renda fixa – CDB	14.106	4.580
Renda Fixa – CDB Compromissada	4.067	23.503
	<u>18.173</u>	<u>28.083</u>
	<u>21.308</u>	<u>30.080</u>

5 Contas a receber de clientes - circulante e não circulante

O saldo a receber de clientes corresponde, basicamente, ao faturamento dos serviços prestados, cujo recebimento ocorre substancialmente no mês subsequente, bem como a apropriação proporcional da receita pelos serviços prestados até o final do mês de competência e que serão faturados conforme definido nas cláusulas comerciais dos respectivos contratos.

(a) Composição contas a receber de clientes

Notas Explicativas

	31 de Março de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber – circulante	44.464	47.881
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(135)</u>	<u>(135)</u>
	<u>44.329</u>	<u>47.746</u>
Contas a receber - não circulante	14.340	14.664
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(10.605)</u>	<u>(9.684)</u>
	<u>3.735</u>	<u>4.980</u>

Notas Explicativas

A Companhia possui registrado no ativo não circulante o montante de R\$ 2.763 (R\$3.684 em dezembro de 2010), referente a valor devido pela Caixa Econômica Federal (CEF), decorrente da prestação de serviços objeto da primeira fase do contrato firmado com a CEF em 2005, líquido de provisão para perdas, atualmente em cobrança na esfera judicial, conforme descrito na Nota 9(c).

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício como "Outras despesas".

(b) Composição por idade de vencimento

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
A vencer		
Em até um mês	32.874	34.970
Acima de quatro meses	4.764	4.688
	<u>37.638</u>	<u>39.658</u>
Vencidos		
Em até um mês	212	3.273
De um a dois meses	864	1.124
De dois a três meses	9	354
De três a quatro meses		536
Acima de quatro meses	20.081	17.600
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.740)	(9.819)
	<u>10.426</u>	<u>13.068</u>
	<u>48.064</u>	<u>52.726</u>

(c) Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Período de três meses findo em	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Em 1º de janeiro	(9.819)	(6.431)
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(921)	(941)
Em 31 de dezembro	<u>(10.740)</u>	<u>(7.372)</u>
Ativo circulante	(135)	(135)
Ativo não circulante	(10.605)	(7.237)

Notas Explicativas

6 Estoques

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Cartões	719	885
Materiais adicionais	392	274
Outros	167	152
	1.278	1.311

7 Partes relacionadas

- 7.1 As transações com partes relacionadas resumem-se a doações realizadas ao Instituto CSU, para manutenção das suas atividades de capacitação de profissionais para o mercado de trabalho promovendo sua inclusão social por meio de cursos gratuitos de informática.

Empresa	Despesa no período de três meses findo em	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Instituto CSU	30	30

7.2 Remuneração aos administradores

O valor-limite global anual de remuneração por serviços prestados pelo pessoal-chave da administração, que inclui os conselheiros de administração e diretores estatutários, foi fixado para o exercício de 2011 em R\$5.875, conforme aprovado na Assembléia Geral Ordinária de 26 de abril de 2011. Relativamente ao período de três meses findo em 31 de março de 2011 e 2010, os valores devidos, pagos ou a pagar, estão demonstrados a seguir:

	Período de três meses findo em	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Honorários	1.041	766
Pagamento baseado em ações	29	31
Gratificações	97	18
	1.167	815

8 Imobilizado

	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamento	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Computadore periféricos	Total
Em 1º de janeiro de 2010	7.590	9.699	4.124	2.297	7.114	11.233	42.057
Aquisição	106	70	444	579	938	649	2.786
Alienação		(501)		(109)			(610)
Depreciação	(189)	(745)	(255)	(156)	(669)	(1.364)	(3.378)
Em 31 de março de 2010	<u>7.507</u>	<u>8.523</u>	<u>4.313</u>	<u>2.611</u>	<u>7.383</u>	<u>10.518</u>	<u>40.855</u>
Em 31 de dezembro de 2010							
Custo total	16.393	14.363	7.614	4.773	12.233	47.461	102.837
Depreciação acumulada	(9.567)	(6.085)	(3.533)	(2.605)	(5.705)	(37.308)	(64.803)
Saldo contábil, líquido	<u>6.826</u>	<u>8.278</u>	<u>4.081</u>	<u>2.168</u>	<u>6.528</u>	<u>10.153</u>	<u>38.034</u>
Em 31 de dezembro de 2010	6.826	8.278	4.081	2.168	6.528	10.153	38.034
Aquisição	243	25	1.335		1.996	741	4.340
Alienação						(1)	(1)
Depreciação	(400)	(227)	(226)	(149)	(492)	(729)	(2.223)
Saldos em 31 de março de 2011	<u>6.669</u>	<u>8.076</u>	<u>5.190</u>	<u>2.019</u>	<u>8.032</u>	<u>10.164</u>	<u>40.150</u>
Custo total	16.636	14.388	8.949	4.773	14.229	48.201	107.176
Depreciação acumulada	(9.967)	(6.312)	(3.759)	(2.754)	(6.197)	(38.037)	(67.026)
Saldo contábil, líquido	<u>6.669</u>	<u>8.076</u>	<u>5.190</u>	<u>2.019</u>	<u>8.032</u>	<u>10.164</u>	<u>40.150</u>
Taxa média ponderada de depreciação - %	15,6	6,42	16,54	16,67	29,48	17,95	

Notas Explicativas**8.1 Imobilizado adquirido por *leasing***

	31 de março de 2011	31 de dezembro 2010
Móveis e utensílios		
Custo	11.056	10.898
Depreciação acumulada	<u>(5.507)</u>	<u>(5.192)</u>
Saldo contábil, líquido	<u><u>5.549</u></u>	<u><u>5.706</u></u>
Instalações		
Custo	13.047	13.042
Depreciação acumulada	<u>(6.035)</u>	<u>(5.831)</u>
Saldo contábil, líquido	<u><u>7.012</u></u>	<u><u>7.211</u></u>
Equipamentos		
Custo	6.503	5.435
Depreciação acumulada	<u>(2.730)</u>	<u>(2.553)</u>
Saldo contábil, líquido	<u><u>3.773</u></u>	<u><u>2.882</u></u>
Veículos		
Custo	3.508	3.508
Depreciação acumulada	<u>(1.862)</u>	<u>(1.744)</u>
Saldo contábil, líquido	<u><u>1.646</u></u>	<u><u>1.765</u></u>
Benfeitorias em imóveis de terceiros		
Custo	10.178	8.204
Depreciação acumulada	<u>(2.581)</u>	<u>(2.153)</u>
Saldo contábil, líquido	<u><u>7.597</u></u>	<u><u>6.051</u></u>
Computadores e periféricos		
Custo	40.304	39.627
Depreciação acumulada	<u>(33.411)</u>	<u>(32.890)</u>
Saldo contábil, líquido	<u><u>6.893</u></u>	<u><u>6.736</u></u>

A depreciação do período de três meses findo em 31 de março de 2011 alocada ao custo dos serviços prestados monta a R\$ 1.915 (R\$ 2.301 em 31 de março de 2010) e a despesas operacionais R\$ 308 (R\$ 214 em 31 de março de em 2010). Em 31 de março de 2010, o montante de R\$ 877, correspondente à depreciação acelerada de benfeitorias e instalações da filial de Alphaville, cujo contrato de locação foi encerrado em fevereiro de 2010, foi alocado em gastos com reestruturação.

9 Intangível

	Vida útil definida						
	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de "customização"	Sistema ERP	Software Vision Plus	Cessão de direitos de software	Software Card 24	Outros (*)
Em 1º de janeiro de 2010	259	55.278	1.808	12.102	26.049	4.140	34
Aquisição		2.202	135	420	1.956		
Alienação		(133)					
Amortização	(22)	(1.607)	(24)	(283)	(1.098)		(2)
Em 31 de março de 2010	237	55.740	1.919	12.239	26.907	4.140	32
Em 31 de dezembro de 2010							
Custo total	9.165	94.618	2.349	30.787	72.987	4.142	3.103
Amortização acumulada	(8.947)	(35.838)	(370)	(18.502)	(43.577)	(2)	(3.077)
Saldo contábil, líquido	218	58.780	1.979	12.285	29.410	4.140	26
Em 31 de dezembro de 2010	218	58.780	1.979	12.285	29.410	4.140	26
Aquisição		2.981	12		2.825		
Alienação		(133)					
Amortização	(3)	(1.223)	(30)	(306)	(1.488)		(2)
Em 31 de março de 2011	215	60.405	1.961	11.979	30.747	4.140	24
Custo total	9.165	97.466	2.361	30.787	75.812	4.142	3.103
Amortização acumulada	(8.950)	(37.061)	(400)	(18.808)	(45.065)	(2)	(3.079)
Saldo contábil, líquido	215	60.405	1.961	11.979	30.747	4.140	24
Taxa média ponderada de amortização - %	5,26	10,08	5,26	10,08	10,02		20,00

(*) Outros Sistemas - soma das contas Private Label + Accor + Falcon + Internet.

Notas Explicativas

A amortização do período de três meses findo em 31 de março de 2011 alocada ao custo dos serviços prestados totaliza R\$2.985 (R\$ 2.995 em 31 de março de 2010) e às despesas operacionais R\$ 67 (R\$ 29 em 31 de março de 2010).

- (a) Na rubrica "Sistemas customização", são registrados os gastos incorridos na customização dos sistemas (substancialmente os sistemas Vision Plus e Card 24 - vide abaixo) utilizados na prestação de serviços aos clientes.
- (b) Os custos com o *software* Vision Plus estão sendo amortizados por um período de 12 anos a partir de 1º de janeiro de 2010 (12 anos até 2009, conforme laudo anteriormente emitido por peritos avaliadores independentes, refletindo a vida útil remanescente para esse ativo, contados a partir de 1º de abril de 2007).
- (c) *Software* Card 24 - Projeto Caixa Econômica Federal

Trata-se de contrato firmado em maio de 2005 entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal (CEF), compreendendo duas fases, sendo a primeira a implementação de solução integrada de processamento de cartões no ambiente tecnológico da CEF e, a segunda, a prestação de serviços de processamento de cartões, nessa solução, por um período de 24 meses.

A Companhia cumpriu a primeira fase dentro das condições contratuais e tratativas realizadas com a CEF, porém não reconhecida por esta. Após tentativas de entendimentos entre as partes, sem sucesso, a Companhia ingressou com medidas judiciais no ano de 2007 e, a CEF, em 2008, rescindiu de forma administrativa o Contrato.

Em agosto de 2007, a Companhia propôs Medida Cautelar de Produção Antecipada de Provas, objetivando comprovar os serviços prestados referentes à primeira fase e resguardar a possibilidade de cobrança dos valores que lhe são devidos, tendo em dezembro de 2007 proposto ação ordinária pleiteando o ressarcimento e a indenizações pelos danos causados à Companhia, em decorrência da referida rescisão contratual. A CEF também pleiteia ações indenizatórias contra a Companhia.

A Medida Cautelar acima citada foi deferida em 2009, cumprindo as partes os requisitos legais exigidos, restando apenas a realização da pericia judicial.

A administração, com base na opinião de seus assessores legais, entende que o desfecho dessas ações judiciais será favorável à Companhia.

A seguir sumariamos os saldos em 31 de março de 2011 relacionados ao Projeto CEF:

	31 de Março de 2011
Intangível - sistemas de customização	14.966
Intangível - <i>software</i> Card 24	4.140
Total - sistemas de customização e <i>software</i>	<u>19.106</u>

- (d) O saldo de ágio na aquisição de investimentos refere-se ao resultado das incorporações dos acervos líquidos da Global Investments do Brasil Participações Ltda., da Marketsystem e da Rail Sul S.A., amortizados até o final do exercício de 2008, sendo testado anualmente pela administração, para fins de avaliação de recuperabilidade, a partir de janeiro de 2009.

Os testes de recuperabilidade dos saldos dos ativos com vida útil indefinida foi efetuado no final do exercício de 2010 de acordo com o CPC 01, considerando sua recuperação pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado de cada unidade geradora de caixa, com base em projeções de crescimento contidas no plano de negócios da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração. As taxas de crescimento que foram utilizadas nas projeções são compatíveis com as taxas de mercado em que a Companhia atua e a taxa de desconto utilizada foi de 11,07% a.a. O resultado do teste não indicou perda de valor a ser reconhecida.

Notas Explicativas**10 Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil**

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Passivo circulante		
Contas garantidas		35
Arrendamento mercantil financeiro (i)	11.328	10.539
Financiamentos (i)	<u>15.236</u>	<u>15.155</u>
	<u>26.564</u>	<u>25.729</u>
Passivo não circulante		
Arrendamento mercantil financeiro (i)	16.066	15.097
Financiamentos (i)	<u>9.604</u>	<u>13.079</u>
	<u>25.670</u>	<u>28.176</u>
	<u>52.234</u>	<u>53.905</u>

- (i) Taxas indexadas ao CDI e com "spread" de 0,11% a 0,4074%. O vencimento final dos contratos firmados até 31 de março de 2011 ocorrerá até 14 de novembro de 2015. Para os contratos de arrendamento mercantil, utilizados no 1º trimestre de 2011 e ainda não encerrados, a liquidação é estimada para até 30 de abril de 2016.

- (a) Composição do saldo no passivo não circulante, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	14.176	18.482
2013	6.568	5.001
2014	3.253	3.033
2015	<u>1.673</u>	<u>1.660</u>
	<u>25.670</u>	<u>28.176</u>

- (b) Os financiamentos são garantidos por recebíveis no montante de R\$ 29.000 (R\$ 29.000 em 31 de dezembro de 2010) e os contratos de arrendamento mercantil são garantidos pelos próprios bens objeto dos contratos.
- (c) As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil possuem prazo de pagamento que varia entre 36 e 60 meses e estão registrados pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem substancialmente à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento.

Notas Explicativas

11 Salários e encargos sociais

Os saldos de salários e encargos sociais são compostos como segue:

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Salários a pagar	5.198	5.672
Encargos sociais	4.045	4.318
Provisão de férias	12.568	12.419
Provisão para 13º salário	2.529	
Provisão para gratificação a gestores	3.921	3.353
Outros	1.040	1.262
	29.301	27.024

12 Tributos a compensar e a recolher

Os saldos de impostos e contribuições a compensar e a recolher são compostos como segue:

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
A compensar		
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda	5.217	3.739
Contribuição social	1.352	708
	6.569	4.447
Demais impostos a compensar		
PIS e COFINS	399	1.125
Outros	1.267	481
	1.666	1.606
A recolher		
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda	250	
Contribuição social	13	
	263	
Demais impostos a recolher		
Imposto de renda retido na fonte	64	1.358
ISS	767	1.364
ISS parcelado	182	173
PIS e COFINS	1.529	2.051
Outros	269	286
	2.811	5.232
Passivo não circulante		
ISS parcelado	820	820
ISS		424
PIS e COFINS	335	14
	1.155	1.258

Notas Explicativas**13 Imposto de renda e contribuição social diferidos****(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Ativo não circulante	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social	3.311	4.198
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	10.959	10.808
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.173	2.860
Outras provisões	1.929	1.690
Regime Tributário de Transição (RTT)		
Plano de opções de ações	76	66
AVP de contas a receber de longo prazo	144	164
	19.592	19.786
(-) Débitos fiscais diferidos	(10.531)	(10.277)
Impostos diferidos - ativo não circulante	<u>9.061</u>	<u>9.509</u>
	Débitos fiscais diferidos	
	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2010
Regime Tributário de Transição (RTT)		
Amortização de ágio	2.819	2.505
Arrendamento mercantil financeiro	7.712	7.772
	<u>10.531</u>	<u>10.277</u>

(b) Período estimado de realização

A expectativa da administração da Companhia é de que os créditos fiscais diferidos ativos sobre as diferenças temporárias, no montante de R\$ 16.281, serão realizados nos próximos quatro anos. Em relação aos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 3.311, a expectativa da administração é de recuperação integral no ano de 2011. Abaixo é apresentado o cronograma estimado de realizações:

	Ativo	Passivo
Até março de 2012	5.538	(1.220)
De abril de 2012 a dezembro de 2012	879	(62)
2013	12.939	986
2014	236	1.061
2015		4.059
2016 a 2020		5.707
	<u>19.592</u>	<u>10.531</u>

As expectativas de recuperação dos créditos fiscais foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em conta diversas premissas financeiras e de negócios, aprovadas pelos órgãos da administração da Companhia. Portanto, as expectativas estão sujeitas a não se concretizarem e os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas expectativas.

Notas Explicativas

(c) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	Período de três meses findo em	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	7.364	11.946
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas vigentes na legislação (25% e 9%, respectivamente)	(2.504)	(4.062)
Ajuste para cálculo pela alíquota efetiva		
Despesas não dedutíveis (incluindo doações)	(45)	(48)
Adicional de 10% da base de IRPJ	6	6
Incentivos fiscais	37	90
Outros	(443)	28
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.949)	(3.986)
Corrente	(2.501)	(3.465)
Diferido	(448)	(521)
	(2.949)	(3.986)
Alíquota efetiva - %	40,0%	33,4%

(d) Regime Tributário de Transição (RTT)

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A partir do ano-calendário de 2010, sua adoção passou a ser obrigatória.

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2008. Consequentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado do período findo em 31 de março de 2011 e 2010, a Companhia utilizou as prerrogativas definidas no RTT.

14 Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia formalizou a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 22 de julho de 2009.

O saldo do passivo, circulante e não circulante, será liquidado em 60 meses após a consolidação pela Receita Federal do Brasil, ainda não ocorrida.

Pela adesão ao novo programa de parcelamento, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

Notas Explicativas

A movimentação dos valores devidos é demonstrada como segue:

Em 31 de dezembro de 2010	15.793
Adições	1.365
Atualização monetária	410
Pagamentos efetuados	<u>(360)</u>
Em 31 de março de 2011	<u>17.208</u>
Passivo circulante	3.356
Passivo não circulante	<u>13.852</u>
	<u>17.208</u>

15 Passivos e depósitos judiciais

15.1 Nas datas das informações trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos judiciais:

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Tributários	30.325	29.566
Trabalhistas e previdenciários	5.990	5.686
Reclamações cíveis	<u>170</u>	<u>231</u>
	<u>36.485</u>	<u>35.483</u>

15.2 Os valores apresentados abaixo correspondem ao saldo de depósitos judiciais, relacionados ou não a processos judiciais provisionados, classificados no ativo não circulante:

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Tributários	29.697	28.003
Trabalhistas e previdenciários	11.915	10.692
Reclamações cíveis	<u>820</u>	<u>810</u>
	<u>42.432</u>	<u>39.505</u>

15.3 A movimentação do passivo judicial nos períodos de três meses findos em 31 de março está demonstrada a seguir:

	Período de três meses findo em	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Saldo no início do período	35.483	28.615
Adições	1.839	2.622
Baixas	(1.438)	
Estornos		(292)
Atualizações monetárias	<u>601</u>	<u>2</u>
Saldo no fim do período	<u>36.485</u>	<u>30.947</u>

Notas Explicativas

15.4 Natureza dos passivos judiciais:

A companhia no curso normal de suas operações é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial e, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, suportada pela opinião de seus consultores legais externos.

- (a) Tributárias - correspondem a divergências de interpretação em relação à autoridade fiscal, principalmente em relação à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- (b) Contingências trabalhistas e previdenciárias - consideram o estágio atual dos processos em andamento em caso de perdas prováveis.
- (c) Ações cíveis - são relacionadas a fraudes ocorridas em processos operacionais de cartão de crédito.

15.5 Perdas possíveis

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31 de março de 2011	31 de dezembro 2010
Tributárias	2.878	4.294
Cíveis	634	590
Trabalhistas	<u>33.569</u>	<u>31.719</u>
	<u><u>37.081</u></u>	<u><u>36.603</u></u>

16 Compromissos

Para viabilizar suas atividades, a Companhia celebrou contratos de aluguel e de fianças bancárias, agrupados e caracterizados conforme segue:

(a) Contratos de aluguel

Os contratos de aluguéis vigentes possuem prazos de até quatro anos renováveis. Os pagamentos anuais futuros estimados de aluguéis são os seguintes:

<u>Ano</u>	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
2011	16.036	12.726
2012	16.277	12.958
2013	15.829	12.344
2014	<u>3.534</u>	<u>2.639</u>
	<u><u>51.676</u></u>	<u><u>40.667</u></u>

Notas Explicativas

(b) Fianças bancárias

Com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias apresentam as seguintes composições:

Modalidade	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Fianças bancárias garantindo		
Contratos de aluguel (i)	13.934	13.911
Processos judiciais (ii)	9.241	5.991
Contratos de prestação de serviços (iii)	750	4.706
	<u>23.925</u>	<u>24.608</u>

- (i) Garantia prestada por instituições financeiras para assegurar o pagamento dos contratos de locação de imóveis.
- (ii) Garantia prestada por instituições financeiras para substituir depósitos judiciais em processos movidos contra a Companhia.
- (iii) Garantia prestada por instituições financeiras para assegurar o pagamento de contratos de prestação de serviço a clientes.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital

O capital subscrito e totalmente integralizado é composto por 48.571.597 ações ordinárias, sem valor nominal.

17.2 Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

As reservas de retenção de lucros em 2010 e 2009 foram constituídas para viabilizar o Programa de investimentos e de redução do endividamento previstos nos orçamentos de capital para os exercícios de 2010 e 2011, bem como para suportar a manutenção do saldo de ações mantidas em tesouraria, em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

17.3 Ações em tesouraria

Em 2 de junho de 2009, o Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre o Programa de Recompra de Ações, autorizando a aquisição de ações de emissão própria, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria visando, preferencialmente, suportar o Plano de opções de ações mencionado na Nota 20, para posterior alienação ou cancelamento. O Conselho de Administração entendeu ser oportuna a aquisição de ações da Companhia considerando a condição conjuntural de mercado e o preço das ações em Bolsa naquele momento, assim como a disponibilidade de recursos em caixa. A critério da diretoria poderiam ter sido adquiridas até 800.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 4,4% das ações em circulação no mercado, cujo prazo de aquisição foi de até 365 dias a contar da data de deliberação do programa, ou seja, até 2 de junho de 2010. O programa foi concluído com a aquisição de 798.500 ações ordinárias, correspondendo a 2,8% das ações em circulação no mercado e a 1,2% do capital total, a um custo médio ponderado de R\$ 5,82 por ação, sendo o custo mínimo R\$ 4,40, o máximo R\$ 8,44.

Em 3 de novembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia deliberou sobre outro Programa de Recompra de Ações, autorizando a aquisição de ações de emissão própria, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, visando maximizar a geração de valor para os acionistas, tendo em vista o valor de cotação das ações da

Notas Explicativas

Companhia na Bolsa de Valores de São Paulo e, também, como forma de garantir a boa gestão do programa de *Stock Options* e remuneração de funcionários atrelada ao seu desempenho e permanência na Companhia. Neste programa, a critério da diretoria, poderão ser adquiridas até 800.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondendo a 3,751% das ações em circulação no mercado (conforme definido no artigo 5º da Instrução CVM nº 10/80) as quais, em 3 de novembro de 2010, somavam 21.327.363 ações ordinárias. A aquisição deverá respeitar o limite do saldo de lucros ou reservas da Companhia, exceto a reserva legal, conforme determinação legal vigente, com prazo de aquisição de um ano a partir de 12 de novembro de 2010. Até 31 de março de 2011, no âmbito deste programa, a Companhia adquiriu 569.300 ações de emissão própria, correspondendo a 2,725% das ações em circulação no mercado e a 1,172% do capital total, a um custo médio ponderado de R\$6,17 por ação, sendo o custo mínimo a R\$ 4,85 e o máximo a R\$ 7,26.

. Com base no balanço patrimonial de 31 de março de 2011, o valor-limite para manutenção de ações em tesouraria soma R\$ 32.009.

18 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com as disposições estatutárias, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Em reunião realizada em 21 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o crédito a seus acionistas de Juros Sobre Capital Próprio (JCP), apurados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), no valor bruto de R\$ 7.760. De acordo com o artigo 36 do estatuto social da Companhia, o JSCP será imputado ao dividendo estatutário, configurando a obrigação legal, com pagamento disponibilizado aos acionistas em 14 de janeiro de 2011.

Dividendos complementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de R\$ 0,17 por ação, totalizando R\$ 8.027, além da imputação aos dividendos do montante de JCP mencionado no parágrafo anterior, foram deliberados na Assembleia Geral Ordinária – AGO, ocorrida em 26 de abril de 2011. No total, a AGO deliberou o pagamento de dividendos sobre o exercício de 2010 a razão de 50% do lucro líquido do exercício após a constituição da Reserva legal.

19 Gestão de riscos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia nos períodos findos em 31 de março em 2011 e 2010 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e avaliação:

(a) Disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, empréstimos, financiamentos e arrendamentos, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos valores justos.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente, em adição a uma política de negociação ativa de limites operacionais disponíveis junto a instituições financeiras de pelo menos 1,2 vez o faturamento mensal médio.

Notas Explicativas

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por ano de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>
Fornecedores	12.347				
Empréstimos e financiamentos	15.587	11.144	1.140		
Arrendamento mercantil	11.836	9.393	5.328	3.380	1.544
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	2.465	4.940	5.320	6.071	

Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa futuros nominais contratuais (não descontados), não conciliáveis com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

(d) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrente de suas atividades. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros, que podem afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou o fluxo de caixa futuro, bem como os resultados da Companhia. O risco de mercado é a perda potencial decorrente de mudanças adversas nas taxas de juros e nos preços de mercado.

(e) Risco com taxa de juros

A exposição da Companhia a riscos das taxas de juros está relacionada principalmente à variação do CDI sobre seus empréstimos e financiamentos e contratos de arrendamento mercantil. As taxas de juros e vencimentos sobre esses contratos estão apresentadas na Nota 10. O risco de volatilidade dos juros está basicamente atrelado à variação do CDI.

O valor estimado de mercado foi calculado com base no valor presente do desembolso futuro de caixa, usando taxas de juros que estão disponíveis à Companhia para a emissão de débitos com vencimentos e termos similares. O valor de mercado dos financiamentos aproxima-se dos valores contabilizados.

(f) Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

(g) Derivativos

Durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2011 e de 2010, a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

(h) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Notas Explicativas

A Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, aprovou o CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação, dispondo sobre a divulgação de quadro de análise de sensibilidade. O risco associado às transações relevantes mantidas pela Companhia está ligado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), o qual compõe o indexador de remuneração dos saldos de aplicações financeiras e dos saldos de financiamentos e de arrendamento mercantil financeiro, todos com *spreads* pré-fixados.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos saldos dos itens financeiros acima, ao qual a Companhia estava exposta na data de 31 de março de 2011, foram definidos três cenários diferentes: (a) cenário provável - considerando a projeção da taxa média anual do CDI para os próximos 12 meses; (b) cenário II - com apreciação de 25% sobre o cenário provável; e (c) cenário III - com apreciação de 50% sobre o cenário provável. Para os saldos de Aplicações financeiras, os cenários II e III consideram depreciação das taxas.

Para verificação da sensibilidade para cada cenário foram calculadas as respectivas remunerações brutas, de receita ou despesa financeira para esses ativos e passivos financeiros, respectivamente, para os próximos doze meses, apresentados a seguir:

	Ativos (passivos financeiros)		Risco	Receitas (despesas) financeiras		
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010		Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	18.173	28.083	CDI	2.072 12,00%	1.578 9,00%	1.068 6,00%
Arrendamento mercantil financeiras	(27.394)	(25.636)	CDI	(4.410) 12,00%	(4.934) 15,00%	(5.434) 18,00%
Financiamentos	(24.840)	(28.234)	CDI	2.472 12,00%	2.892 15,00%	3.294 18,00%

20 Plano de opções de ações

Na AGE realizada em 15 de fevereiro de 2007 foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações, constante do *website* da Companhia www.csu.com.br e atribuído ao Conselho de Administração a gestão do referido Plano. Até 31 de março de 2011 foram emitidos os seguintes Programas de Opção de Compra de Ações:

(a) Programa de 2007

O Programa de Opção de Compra de Ações de 2007 contempla, atualmente, 9 beneficiários que, no total, fazem jus a uma outorga total correspondente de até 0,09% do capital social subscrito e integralizado, perfazendo uma reserva de 42,7 mil ações ordinárias. As opções podem ser exercidas desde 29 de maio de 2010, com um ciclo de carência, que corresponde ao seguinte: 50% do lote de ações outorgadas a partir do término do 2º ano e 50% a partir do término do 3º ano.

(b) Programa de 2008

O Programa de Opção de Compra de Ações de 2008 contempla, atualmente, 15 beneficiários que, no total, fazem jus a uma outorga total correspondente de até 0,31% do capital social subscrito e integralizado, perfazendo uma reserva de 152 mil ações ordinárias. As opções podem ser exercidas a partir de 27 de abril de 2011, com o mesmo ciclo de carência do Programa de 2007, descrito acima.

O preço de concessão, para ambos os programas, foi baseado no valor médio de mercado das ações da Companhia nos últimos 40 pregões da BOVESPA anteriores à data de aprovação da indicação dos beneficiários e será atualizado de acordo com a variação do IPCA desde a outorga das opções até o mês anterior ao exercício da opção.

O beneficiário poderá, a seu exclusivo critério, exercer ou não as suas opções à medida que estas forem

Notas Explicativas

se tornando exercíveis, ou postergar este exercício para o momento que julgar mais adequado, desde que seja respeitado o prazo máximo, que é de 6 (seis) anos, contados a partir da outorga do respectivo programa anual.

O quadro a seguir resume as operações efetuadas com as ações ordinárias até 31 de março de 2011, considerando-se que ainda não houve exercício para ambos programas.

	Quantidade em milhares de ações ordinárias	Preço na data da concessão
Opções concedidas – Programa de 2007	58.285	R\$ 4,78
Opções concedidas – Programa de 2008	207.000	R\$ 4,73
Opções exercidas	-	
Opções canceladas – Programa de 2007	(15.597)	
Opções canceladas – Programa de 2008	<u>(55.000)</u>	
Opções em vigor em 31 de março de 2011	<u>194.688</u>	

A tabela a seguir demonstra a posição das opções de compra das ações ordinárias em vigor em 31 de março de 2011:

Programa	Faixa de preço de exercício da data da concessão em reais	Quantidade em milhares de ações ordinárias	Opções exercíveis em vigor	
			Prazo remanescente (em meses)	Preço de exercício em reais
2007	10,00 - 19,99	42.688	26	11,78
2008	0,00 - 4,99	152.000	38	4,71

O valor justo das opções outorgadas, estimado na data de outorga, utilizou o modelo de precificação de opções Black & Scholes com as seguintes premissas:

	29 de maio de 2008	27 de abril de 2009
	Primeiro lote	Segundo lote
Ativo-lastro - reais	4,78	4,73
Preço de exercício - reais	11,78	4,71
Volatilidade esperada - %	35,35	40,63
Taxa de juros livre de riscos - %	13,71	12,81
Vida esperada (em anos)	6	6
Rendimento de dividendos sobre preço de exercício - %	0,87	2,10
Valor justo na data de outorga - reais	1,22	2,53

No período de três meses findo em 31 de março de 2011, foi reconhecida despesa no resultado do exercício do Plano de Opções de Compra das Ações Ordinárias, no montante de R\$ 29.

21 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Notas Explicativas

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros na data dos balanços:

Ramos	Importâncias seguradas	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Seguro compreensivo empresarial	168.255	168.255
Execução de prestação de serviços	1.470	1.470
Responsabilidade civil	19.203	5.340
Seguro de veículos	4.500	4.500
	<u>193.428</u>	<u>179.565</u>

22 Receita líquida

	Período de três meses findo em	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Receita bruta de prestação de serviços	100.501	104.957
Deduções da receita bruta		
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	(2.410)	(2.486)
Programa de Integração Social (PIS) e COFINS	(4.639)	(5.132)
Receita líquida de prestação de serviços	<u>93.452</u>	<u>97.339</u>

23 Custo dos serviços prestados, despesas com vendas, gerais e administrativas

	Custo dos serviços prestados		Despesas com vendas, gerais e administrativas	
	Período de três meses findo em		Período de três meses findo em	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Mão de obra	42.725	33.574	6.409	6.998
Consumo de cartões	600	572		
Consumo e entrega de prêmios	3.147	4.149		
Materiais operacionais	356	512	125	38
Expedição	5.434	8.947	72	25
Comunicação	1.847	2.232	278	364
Serviços contratados	1.228	1.409	1.853	1.823
Equipamentos/móveis	1.146	1.008	115	189
Aluguel/manutenção de software	757	595	266	203
Depreciação e amortização	4.899	5.167	376	370
Ocupação	7.974	6.879	1.145	1.218
Propaganda/relacionamento	20	2	159	697
Outros	1.153	1.034	1.554	2.717
	<u>71.286</u>	<u>66.080</u>	<u>12.352</u>	<u>14.642</u>

Notas Explicativas

24 Resultado financeiro

	Período de três meses findo em	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Receita de aplicação financeira	401	1.230
Juros e multa moratória ativa	1.121	
	<u>1.522</u>	<u>1.230</u>
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(1.887)	(1.886)
IOF	(2)	(97)
Variação monetária passiva	(1.064)	(405)
Despesas bancárias	(191)	(130)
Juros e multa moratória passiva	(130)	(493)
Outros	(10)	21
	<u>(3.284)</u>	<u>(2.990)</u>
	<u>(1.762)</u>	<u>(1.760)</u>

25 Gastos com reestruturação

Os gastos com reestruturação em 2010 são referentes aos investimentos realizados nos *sites* de Call Center de Recife e Alphaview, nos quais foram criadas novas estruturas operacionais com o objetivo de ampliar a rentabilidade na unidade de negócio CSU.Contact, garantindo o nível de serviço e a qualidade de vida dos colaboradores.

26 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 17.3).

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

A Companhia não manteve, até a data das informações trimestrais, assim como até a data de sua conclusão, instrumentos conversíveis em ações, tampouco opções ou bônus de subscrição passíveis de serem exercidos. Dessa forma, para a Companhia, o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

Notas Explicativas

	Período de três meses findo em	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Resultado básico e resultado diluído por ação		
Numerador (em milhares de reais)		
Lucro líquido atribuível às ações ordinárias	4.415	7.960
Denominador (em milhares de ações)		
Número médio ponderado de ações ordinárias (excluídas ações em tesouraria)	47.342	47.928
Resultado básico e resultado diluído por ação em reais	0,0932	0,1661

27 Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração. Resumo com as informações por segmento da Companhia, segregadas entre **CSU CardSystem** e **CSU Contact**, está demonstrado a seguir:

	CSU CardSystem		CSU Contact	
	Período de três meses findo em		Período de três meses findo em	
	31 de março de 2011	31 de março de 2010	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Receita líquida de prestação de serviços	46.050	59.409	47.402	37.930
Custo dos serviços prestados	(24.992)	(32.777)	(46.294)	(33.303)
Lucro bruto	21.058	26.632	1.108	4.627
Despesas operacionais	(6.912)	(9.623)	(6.128)	(6.424)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	14.146	17.009	(5.020)	(1.797)
(-) Depreciação e amortização	3.346	3.771	1.929	1.766
EBITDA (LAJIDA)	17.492	20.780	(3.091)	(31)

28 Eventos subsequentes

Em 26 de abril de 2011 foi realizada a Assembleia Geral Ordinária da CSU (AGO), na qual foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício social de 2010 no montante de R\$15.787, correspondentes a 50% do lucro líquido do exercício de 2010 após a constituição da Reserva legal. Esse valor é composto por R\$7.760, correspondente ao valor bruto dos Juros sobre o capital próprio, aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2010, cujo pagamento já fora disponibilizado aos acionistas em 14 de janeiro de 2011, imputado nesta AGO aos dividendos deliberados, somado a R\$8.027, correspondente a dividendos complementares propostos pela Administração, cujo pagamento aos acionistas ocorrerá em 26 de maio de 2011.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

	31/12/2010			31/03/2011		
RIVER CHARLES NETHERLANDS LTD	18.352.699	37,8%		18.352.699	37,8%	
GSTAAD INV HOLDING COMPANY	7.205.200	14,8%		7.205.200	14,8%	
BBM Gestao de Recursos	844.900	1,7%		3.330.300	6,9%	
MFS Asset Management	2.514.495	5,2%		3.547.855	7,3%	
TESOURARIA	690.400	1,4%		1.357.400	2,8%	
FREE FLOAT	18.963.903	39,0%		14.778.143	30,4%	
TOTAL DE AÇÕES	48.571.597	100,0%		48.571.597	100,0%	

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

CSU Cardsystem S.A.
Informações Trimestrais - ITR em
31 de março de 2011
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
CSU Cardsystem S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da CSU Cardsystem S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 9 às Informações Trimestrais, que se refere aos gastos incorridos com licença e customização de software específico ao projeto com a Caixa Econômica Federal, no ativo intangível, o qual não vem sendo utilizado tendo em vista o

aguardo de realização de perícia judicial, de acordo com a medida cautelar de produção antecipada de provas, impetrada pela Companhia em 20 de agosto de 2007, onde busca resguardar a possibilidade de cobrança dos valores que lhe são devidos incluindo, entre outros, esses ativos, no montante de R\$ 19.106 mil (31 de dezembro de 2010 – R\$ 19.239 mil) e R\$ 2.763 mil (31 de dezembro de 2010 – R\$3.684 mil) de contas a receber, no ativo realizável a longo prazo correspondente a prestação de serviços da primeira fase do contrato. Além dessa medida, existem outras discussões judiciais e que envolvem pleito, pela Companhia, de indenizações e multas por danos causados e ações indenizatórias pleiteadas pela CEF. A administração da Companhia, baseada nas avaliações de seus assessores jurídicos, entende que terá êxito nas discussões judiciais em andamento e que, particularmente em relação à recuperação dos referidos ativos, os mesmos ocorrerão tendo por base o direito contratual de cobrar a Caixa Econômica Federal ou, ainda, a capacidade de realização dos investimentos efetuados por meio da utilização na prestação de serviços a outros clientes. As Informações Trimestrais em 31 de março de 2011 não incluem provisões para perdas em relação aos referidos ativos ou qualquer outro ajuste em decorrência dessas incertezas. Nosso relatório não está ressalvado em função desse assunto.

São Paulo, 11 de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Estela Maris Vieira de Souza Contadora CRC 1RS046957/O-3 "S" SP